

INTRODUÇÃO: Aproximações aos jovens do Brasil. Um olhar panorâmico

*Estela Scheinvar
Paulo César Carrano*

Recebemos o convite de JOVENes, através de José Antonio Pérez Islas, para apresentar algumas reflexões sobre os jovens e sobre o que se vem estudando sobre eles, a partir da realidade brasileira, com muita satisfação. Para nós, esta é uma oportunidade especial, já que nos permite dialogar com colegas que partilham o privilégio de ler esta revista. Se por si só este projeto é atraente, mais significativo torna-se na medida que JOVENes tem sido uma fonte fundamental, por muitos anos, de interlocução entre aqueles que se interessam pelas questões referentes à juventude, mais precisamente, no continente latino-americano.

Para nós, brasileiros, o mérito desta publicação não é menor, à medida que tampouco contamos com uma publicação acadêmica nacional, sistemática, referida à discussão sobre o jovem ou a abrir um espaço para que este se expresse. De fato, poderíamos dizer que no Brasil o jovem, como objeto da academia, é jovem. Para além de alguns trabalhos que hoje são fundamentais para nossos estudos, de maneira sistemática, como área específica destinada à pesquisa, à produção sobre a juventude, esta é mais expressiva a partir da segunda metade da década de oitenta, do século que recém nos deixou. No entanto, a aparente repentina fertilidade da área pode ser entendida por sua presença implícita em muitos outros objetos de estudo desde a década dos anos setenta, tais como a área da saúde, dos esportes, da infração penal, da profissionalização, entre outras.

No Brasil ainda é comum resumir o campo de estudos e de definição das políticas públicas juvenis aos 18 anos, que é a idade limite entre adolescentes e adultos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal promulgada em 1990. Tal legislação é fruto de intensa mobilização social em favor das crianças e dos adolescentes, ou seja, dos setores ainda não emancipados. Nos últimos anos podemos perceber a ampliação das preocupações acadêmicas e políticas que passam a dar visibilidade a sujeitos e a processos relacionados com jovens que já não são adolescentes, nem tampouco pessoas completamente integradas ao que se entende por vida adulta.

Outro aspecto importante na ampliação do espectro dos estudos é o relacionado com a percepção da pluralidade dos modos de ser jovem, especialmente no que concerne ao âmbito da cultura e das ações relacionadas com os sujeitos coletivos. Em muitos aspectos, ao longo da história das investigações sobre a juventude, os atores coletivos juvenis representaram a focalização ou até a redução do campo de possibilidades analíticas, correspondendo às demandas das agências institucionalizadas de socialização política (organizações estudantis, partidos, igrejas, escolas, etc.). Pode-se dizer que os estudos presentes nestes trabalhos buscam olhares mais oblíquos e de maior complexidade, no sentido da multiplicidade de práticas e dos pertencimentos sociais que constituem os jovens pessoal e coletivamente. Se por um lado os jovens constituem as instituições, pelo outro não podem ser analisados apenas pelas racionalidades das instituições nas quais se

relacionam. Os artigos aqui apresentados nos mostram que as práticas instituintes estabelecem trajetórias que percorrem labirintos, escapando da linearidade dos destinos traçados pelas instituições socializadoras.

Os nove trabalhos que seguem foram escritos em seis estados do país (Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) com abordagens diversas, trazendo ao leitor alguns dos temas que têm se convertido em objeto das pesquisas. Talvez pudéssemos dizer que o enfoque do jovem como “problema social” por sua “rebelia” tem sido particularmente analisado criticamente por quase todos os trabalhos, embora a partir de perspectivas diferentes. A imagem do jovem como uma ameaça tem sido amplamente explorada pelos meios de comunicação no mundo contemporâneo e a sua análise faz-se presente nos textos apresentados, a partir de perspectivas históricas, genealógicas, políticas, educativas ou culturais.

Porém, a produção de tais imagens é abordada em muitos dos trabalhos discutindo a naturalização a partir da qual são entendidas as relações sociais e, nelas, a juventude. Seja através da correlação que se estabelece de forma naturalizada entre pobreza e rebelia ou violência e, portanto, entre jovem pobre e violência, seja com a delimitação do campo da política, que acaba por tornar invisíveis formas de resistência e de exercício do poder de grupos de jovens, seja, também, no campo da cultura em que algumas das expressões que provêm dos jovens pobres são difundidas como expressões de degradação, seja, ainda, no espaço da escola quando alguns dos interesses dos jovens são declarados antipedagógicos, as pesquisas percebem uma enunciação política a partir de modelos institucionalizados, concebidos como referências universais. O fato de olhar para os processos em função de certos modelos, sem abrir espaço para outras práticas, outros sentidos e afetos é analisado em alguns dos textos como uma maneira de desqualificar a multiplicidade da expressão juvenil, de gostos estéticos, em suma, das possibilidades contidas no devir jovem.

Com este movimento, quando a expressão juvenil não corresponde aos modelos hegemônicos, quando extrapola os limites dominantes produzidos e considerados popularmente como os corretos, expressões como “insurgência”, “transgressão”, “falta de limites”, “perversão”... ocupam os discursos e os olhares para os jovens. É óbvio que a ênfase de tais situações se dá em relação à população que tem menos recursos materiais para poder viver (ou tentar fazê-lo) sob as condições declaradas como “adequadas”, “saudáveis”, “corretas”, “regulares” ou “normais”.

Clara manifestação deste fato é a mudança legal ocorrida no Brasil por ocasião de uma nova legislação para crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dedicada a despenalizar aqueles que vivem sob condições de pobreza e a reconhecer a responsabilidade pública por transformá-las. Importante acontecimento que, além do mais, define espaços coletivos para discutir as políticas públicas. Não obstante, tais espaços apenas foram abertos recentemente, demandando intervenções mais amplas nas estruturas de poder, ao mesmo tempo que nos microespaços em que se convive, para poder potencializar as expressões, os interesses, as manifestações desta parcela da população que é tratada a partir de práticas de tutela.

Hoje, no Brasil, encontra-se aberto um campo de disputas de sentidos em torno da necessidade de implementar políticas públicas para a juventude. É neste cenário que se busca inspiração face às conquistas dos direitos e políticas configuradas no contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar a mobilização em torno das demandas públicas específicas dos jovens de todas as idades. É importante, além da identificação dos

atores coletivos presentes na arena pública, reconhecer o que está em disputa entre sujeitos da sociedade civil e dos poderes públicos.

Dessa forma, conforme assinalam algumas reflexões, as políticas voltadas para a população mais pobre são definidas a partir dos interesses do poder dominante, garantindo a situação de subalternidade dos pobres. Um exemplo que trazem os estudos é o da escola fundamental (que consiste em nove anos letivos) a qual, efetivamente, tem-se expandido vertiginosamente no Brasil, demarcando, contudo, as diferenças sociais através da qualidade do ensino. Os que não têm acesso ao mercado privado e elitista da educação, na maioria dos casos tampouco têm condições de participar de um processo de ensino de qualidade. Não só há que se pagar, mas há que se pagar muito caro para que se conjuguem as variáveis escola e qualidade pedagógica.

Sob circunstâncias estruturais intransponíveis individualmente e a curto prazo, os jovens são cobrados, abstraindo-se as condições de tutela e as contradições de classe, por transformar a sua realidade e por sair do turbilhão fatal em que o mundo neoliberal nos instalou. Assim, nossos trabalhos são claros ao denunciar que no Brasil, como em todo o mundo neoliberal, vive-se uma produção de falta de esperança sustentada nas trágicas condições reais de sobrevivência, face às quais se responsabiliza às novas gerações e, nessa medida aos jovens, por transformá-la. Podemos perceber, indo além, que não só existe uma cobrança por uma transformação, mas uma cobrança individualizada, exaltada pelas figuras dos superheróis com as que se condimenta o cotidiano de todas as gerações, sobretudo no caso das mais jovens.